

# Regularização Ambiental – Cadastro Ambiental Rural (CAR)

## Desafio

Como resultado da política de controle do desmatamento, entre 2008 e 2028 as taxas de corte raso da floresta caíram expressivamente. Porém, o grande desafio de manter a floresta em pé continua, especialmente pela tendência de alta nos últimos anos. De acordo com o Prodes/Inpe, apenas entre agosto de 2022 a julho de 2023, foram desmatados 9.064km<sup>2</sup> na Amazônia e 11.011 km<sup>2</sup> no Cerrado. Apesar da tendência de queda nesses índices, os números continuam alarmantes e demandam ações urgentes de combate ao desmatamento.

O “Novo Código Florestal” (Lei Federal nº 12.651/2012) estabelece parâmetros para a manutenção e a recuperação de vegetação nativa e torna o Cadastro Ambiental Rural – CAR como obrigatório para todos os imóveis rurais do país, onde devem ser informadas as “Áreas de Preservação Permanentes (APP)” – margens de corpos d’água, das encostas e topos de morros; as áreas de “Reserva Legal” (RL), a serem preservadas segundo percentuais especificados por bioma; e as Áreas Consolidadas – áreas abertas para atividades agropecuárias antes de julho de 2008. Já foram inscritos na plataforma online SICAR ([www.car.gov.br](http://www.car.gov.br)) mais de 7,2 milhões de imóveis rurais até outubro de 2023. A área registrada ultrapassa 671 milhões de hectares, o que equivale a mais de quinze vezes o tamanho da Alemanha.

A gestão do Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR – fica a cargo do Serviço Florestal Brasileiro (SFB/MMA), principal parceiro do projeto. Apesar dos grandes avanços nos números de inscrição, ainda persistem grandes desafios para a implementação eficiente da regularização ambiental, especialmente em relação à análise e validação dos cadastros e à implementação dos Programas de Regularização Ambiental (PRA) dos Estados, destinados a atrair os produtores rurais para que promovam a recuperação de suas áreas desmatadas irregularmente. Os produtores precisam elaborar e executar os Projetos de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA) a fim de ajustar-se à legislação florestal, e assim, regularizar sua propriedade.

## Objetivo

O objetivo do projeto é cooperar na implementação da regularização ambiental e gestão ambiental rural dos imóveis rurais para que contribuam para a redução do desmatamento e das emissões associadas, e para a conservação da biodiversidade. A longo prazo, o projeto ajuda a recuperar áreas degradadas e proteger florestas, protegendo e reabilitando os sistemas naturais de captação de dióxido de carbono.

Os objetivos específicos são:

1. As capacidades institucionais e operacionais do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) e Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs) com respeito a regularização ambiental e gestão ambiental rural são fortalecidas;
2. A implementação e a utilização dos instrumentos de regularização ambiental nos estados pilotos do Projeto – Acre, Amazonas, Pará e Rondônia – é melhorada.
3. Competências para a implementação da regularização ambiental em nível federal, estadual e local são desenvolvidas.



Nome do projeto	Regularização Ambiental – CAR
Comitente	Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ)
País	Brasil
Parceiro	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Serviço Florestal Brasileiro (SFB)
Volume	1ª fase: 2 milhões de Euros 2ª fase: 4,3 milhões de Euros 3ª fase: 6 milhões de Euros
Período	1ª fase: De 08/2014 até 03/2017 2ª fase: De 03/2017 até 03/2020 3ª fase: De 03/2020 até 12/2025

## Abordagem

O projeto desenvolve junto aos parceiros do SFB/MMA, dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, instituições de pesquisa e entidades dos produtores rurais: campanhas de comunicação, de capacitação e intercâmbios de experiências para a implementação dos diferentes passos da regularização ambiental. Estes incluem (1) a inscrição no Cadastro Ambiental Rural por meio da plataforma online SICAR; (2) a análise e a validação das informações registradas; (3) a adesão ao programa de regularização ambiental para a recuperação de áreas degradadas (PRA); (4) o desenvolvimento de projetos individuais para a recuperação no quadro dos PRA (PRADA) com modelos economicamente viáveis de implementação; e (5) a participação futura no mercado das cotas de reserva ambiental (CRA). Além disso, o projeto dá atenção especial para adequar este processo às populações tradicionais, como os quilombolas.



## Consolidar novas parcerias

O parceiro principal da GIZ nesse projeto é o Serviço Florestal Brasileiro (SFB/MMA). Em nível federal também são parceiros primários o INCRA/MDA e a SDI/MAPA (onde está o Observatório da Agropecuária Brasileira). Em nível estadual os parceiros principais são órgãos gestores do CAR nos Estados – SEMA/AC, SEMA/AM, IPAAM/AM SEMAS/PA e SEDAM/RO – e os órgãos estaduais de ATER. O projeto conta também com a parceria de outros atores como a Embrapa, e outras instituições de pesquisa, entidades representativas dos produtores rurais, como a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e de assistência técnica como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), e entidades representativas de povos tradicionais, como a CONAQ. O projeto também busca participação de vários atores como prefeituras, ONGs locais e universidades.

O gráfico mostra as informações ambientais do imóvel rural a serem inscritos no sistema do CAR (SICAR):

1. as áreas consolidadas (produtivas);
2. a Reserva Legal;
3. as Áreas de Preservação Permanente (APP);
4. as áreas degradadas que devem ser restauradas ou compensadas na Reserva Legal e nas APPs.



Fotos do Mutirão Integrado de Regularização Fundiária e Ambiental em Rondônia (assessoria aos proprietários rurais e instrumentos de georreferenciamento)

## Facilitar a integração em outras políticas territoriais

Para ter sucesso, a regularização ambiental procura a inserção em outras políticas públicas territoriais. Entre elas as políticas de apoio à agricultura familiar e assistência técnica e extensão rural (ATER), de crédito agrícola e de regularização fundiária. Para o produtor preservar a vegetação nativa e recuperar áreas degradadas é preciso que ele tenha condições de comercialização compatíveis com a manutenção da floresta, bem como garantia sobre a sua terra (segurança fundiária), o que favorece até mesmo a obtenção de financiamento.

## Impactos

### Análise do CAR e Construção do Programa de Regularização Ambiental – PRA

A análise dos imóveis cadastrados tem se mostrado como um dos maiores desafios para a regularização ambiental. O projeto apoia diretamente a implementação assistida da análise nos estados da Amazônia, e acompanha o desenvolvimento das customizações do módulo no SICAR. O Projeto tem apoiado também os PRAs dos Estados do Acre, Rondônia, Pará e Amazonas, com a definição de parâmetros técnicos para a recomposição florestal de passivos e com a construção do Módulo de PRA do SICAR em forte sinergia com o Serviço Florestal Brasileiro. Junto a EMBRAPA o projeto apoia a qualificação de listas de espécies adaptadas e metodologias de recuperação para cada região e está construindo com outros parceiros locais modelos economicamente viáveis para a implementação dos PRA, utilizando a plataforma Webambiente. Nesse sentido, o projeto vem também articulando com a CNA a implantação simplificada do PRA, buscando soluções em diálogo direto com os produtores rurais, através de um programa denominado “PRAVALER”.

### Novas metodologias para povos e comunidades tradicionais

Povos e comunidades tradicionais (PCTs) usam o território de maneira coletiva a partir de uma relação diferenciada com a natureza. O projeto apoia o desenvolvimento e a implementação de um módulo específico para a regularização ambiental deste público. Para fortalecer os PCTs, o projeto propõe uma metodologia e uma estratégia de capacitação específica que favorece o empoderamento, acesso e a inclusão dessas comunidades a políticas sociais de fomento agrário, respeitando os princípios da autonomia, saberes, práticas, etnicidade, os processos de consulta e livre decisão.

## Mutirão Integrado

O Mutirão Integrado é uma abordagem que combina as políticas de regularização ambiental e fundiária na Amazônia. Nele, várias etapas das duas políticas são realizadas conjuntamente no campo, envolvendo atores relevantes do governo e da sociedade civil. Os mutirões reduzem os custos tanto dos agentes públicos quanto dos produtores rurais, diminuindo os riscos de inconsistências nos dados geoespaciais e, em especial, fortalecem a presença do Estado em regiões remotas da Amazônia.

No estágio atual da implementação da Política de Regularização Ambiental nos estados, cerca de 110 mutirões integrados foram realizados em municípios do Amazonas e Pará. Nesses mutirões ocorrem a retificação do cadastro, a análise e a elaboração dos PRADAS. Essa metodologia desenvolvida com o apoio da GIZ tem ampliado aos números de retificação e análise dos cadastros.

### Ampliação para o Bioma Cerrado: o Projeto Paisagens Rurais

A partir de março de 2019, o Projeto passa a incorporar parte do portfólio do Forest Investment Program (FIP) do Banco Mundial no Brasil. Com base em cofinanciamento de 21 milhões de dólares provenientes do Banco Mundial, o projeto integra as atividades do FIP Paisagens Rurais, coordenado pelo SFB/MMA e pela SDI/MAPA, responsável pelo Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC). Com prazo estendido até 2025, esta nova frente do projeto tem como objetivo fortalecer a implementação de práticas de conservação e recuperação de passivos ambientais e técnicas agrícolas de baixas emissões de carbono em bacias hidrográficas selecionadas do bioma Cerrado do Brasil. Outros importantes parceiros são o SENAR, a EMBRAPA e o INPE, além dos OEMAs dos sete Estados contemplados. O projeto apoia a implementação simultânea da regularização ambiental e do Plano ABC, em bacias com forte presença de pecuária extensiva e passivos ambientais. Entre as atividades principais se destacam o monitoramento das áreas antropizadas do Cerrado, a Assistência Técnica e Gerencial (ATEG) aos produtores rurais, oferecida pelo SENAR e a implementação da Gestão Integrada da Paisagem.

Editor	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH Sede da GIZ: Bonn e Eschborn	Parceiro	Serviço Florestal Brasileiro (SFB) – SCEN, Trecho 2, Bloco H, Brasília DF, Brasil <a href="http://www.florestal.gov.br">www.florestal.gov.br</a>		
	GIZ Agência Brasília SCN Quadra 01 Bloco C Sala 1501 Ed. Brasília Trade Center 70711-902, Brasília-DF T +55 61 2101 2170 <a href="mailto:giz-brasilien@giz.de">giz-brasilien@giz.de</a> <a href="http://www.giz.de/brasil">www.giz.de/brasil</a>	Por encargo do	Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ)		
		Endereço do BMZ	<table border="0"> <tr> <td><b>BMZ Bonn</b> Dahlmannstraße 4 53113 Bonn, Alemanha T +49 (0)228 99 535-0 F +49 (0)228 99 535-3500</td> <td><b>BMZ Berlim</b> Stresemannstraße 94 10963 Berlin, Alemanha T +49 (0)30 18 535-0 F +49 (0)30 18 535-2501</td> </tr> </table>	<b>BMZ Bonn</b> Dahlmannstraße 4 53113 Bonn, Alemanha T +49 (0)228 99 535-0 F +49 (0)228 99 535-3500	<b>BMZ Berlim</b> Stresemannstraße 94 10963 Berlin, Alemanha T +49 (0)30 18 535-0 F +49 (0)30 18 535-2501
<b>BMZ Bonn</b> Dahlmannstraße 4 53113 Bonn, Alemanha T +49 (0)228 99 535-0 F +49 (0)228 99 535-3500	<b>BMZ Berlim</b> Stresemannstraße 94 10963 Berlin, Alemanha T +49 (0)30 18 535-0 F +49 (0)30 18 535-2501				
Responsável	Andre Lammerding-Berdau / Taiguara Alencar		<a href="mailto:poststelle@bmz.bund.de">poststelle@bmz.bund.de</a> <a href="http://www.bmz.de">www.bmz.de</a>		
Publicado em	Setembro de 2024				